

CIÊNCIA SOCIAL, TÉCNICOS E TECNOCRACIA

Sebastião Vila Nova
Sociólogo

Jamais pude deixar de sentir uma certa estranheza, um mal-estar mesmo, ao perceber em pessoas com formação em ciência social o orgulho indifereçável com que se autodenominam de "técnicos". Acho no mínimo curioso, repito, que pessoas intelectual e profissionalmente ligadas às ciências da sociedade e do comportamento vejam alguma lisonja em serem tratadas como "técnicos". Eu, por mim, não encontro motivo algum para elevação da minha auto-estima profissional como sociólogo quando me rotulam como "técnico". Essa minha opinião talvez revele antes um certo gosto por preciosismos verbais, gosto, aliás, ao qual todos aqueles com algum treino em qualquer área do conhecimento científico tendem a desenvolver, por conta da compreensível exigência de precisão terminológica à qual fomos condicionados. Mas, para mim, a simples admissão do direito de ser tratado como "técnico", no caso daqueles que são detentores de conhecimento na área da ciência social, é reveladora de atitudes radicalmente incompatíveis com as atitudes normalmente esperadas desse profissional. A denominação de "técnico" aplicada, em maior ou menor escala a sociólogos, economistas, antropólogos e outros especialistas na área da ciência social, se propagou entre nós com a recente emergência da prática do planejamento social. A partir daí é que surgiu o "técnico" em planejamento social, o "técnico" em assuntos sociais, o "técnico" social.

A primeira das atitudes às quais me referí acima é a de idolatria — e toda idolatria é, por definição irracional — do conhecimento científico, que

corresponde por sua vez ao conhecimento racional por excelência; a atitude de supervalorização emocional, logo irracional, do racional, pois, para mim, a expressão "técnico" carrega a conotação de "detentor de fórmulas aplicáveis ao controle e à transformação de algum setor da realidade". A segunda das atitudes é a que deriva, apesar da ostensiva aversão dos intelectuais à hoje pejorativa denominação de "tecnocrata", da crença platonicamente utópica no direito do cientista social ao poder político em razão mesmo da sua condição de cientista social; da crença na utopia platônica das vantagens de um governo de sábios para a sociedade.

Creio que não preciso me deter nesta segunda atitude, ao menos tanto quanto em relação à primeira, pois, embora reafirme a minha opinião de que, no fundo, há em todo técnico de planejamento social uma secreta crença no direito platônico do intelectual ao poder, tenho certeza de que a idéia de Burnham de uma "sociedade de gerentes", de uma *managerial revolution*¹ já está suficientemente desmentida pelos fatos e tendências verificados tanto em sociedades do tipo capitalista quanto do tipo socialista. Acho que nenhum de nós que somos ligados à ciência social tem ainda a ingenuidade de duvidar da constatação de Wright Mills de que "a movimentação dos peritos dentro das estruturas do poder (. . .) não conduz à sua influência firme sobre as decisões finais".² Portanto, prefiro antes me deter na análise das presumíveis origens e dos prováveis efeitos da supervalorização emocional do racional como uma atitude típica de quem se identifica como "técnico".

A crença irrestrita na infalibilidade do racional é, no caso do cientista social, em particular do planejador social, compreensível e até mesmo justificável, ao menos historicamente, pois, afinal de contas, somos, quer tenhamos ou não consciência do fato, herdeiros diretos do mais ostensivo, dentre os modernos sociólogos, defensor da idéia do "domínio do racional sobre o irracional", como ele próprio usava dizer: Mannheim. E, através de Mannheim, carregamos uma pesada herança que remonta a Platão, passando pelos iluministas, pelo inevitável Comte e, obviamente, por Max Weber, pois não há originalidade alguma na afirmação de Mannheim de que "a sociedade está quase a ponto de passar a uma nova fase" e que "se não compreendermos isso, perderemos as oportunidades infinitas que a coordenação das técnicas sociais colocaria em nossas mãos".³ A frase poderia ser plenamente

1 — BURNHAM, James. *The Managerial Revolution; What is Happening in the World*. New York, John Day Co., Inc., 1941.

2 — MILLS, C. Wright. *Poder e política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965, p. 57.

3 — MANNHEIM, Karl. *O homem e a sociedade; estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. p. 274.

atribuída a Comte ou até mesmo ao cauteloso Weber. De Platão herdamos a pretensão do suposto direito do intelectual ao poder; dos iluministas, aos quais tanto deve a ciência social, herdamos a crença na razão como fator de progresso crescente e irreversível para o bem-estar do homem; de Comte e de Weber, a mesma idéia da inevitabilidade histórica do domínio do racional sobre o irracional; e, finalmente, de Mannheim herdamos a modesta reivindicação da proximidade dos "postos-chave do poder".

Coube a Mannheim a tentativa de operacionalizar a estratégia de contribuição do cientista social para a realização de uma sociedade racionalmente planificada. Quando Mannheim defendia que "a autoridade que planificar deve poder decidir, em bases empíricas, que influência usar em determinada situação, fundamentando seu julgamento no estudo científico da sociedade, conjugado se possível com a experiência sociológica",⁴ deixava bastante claro que ele não compartilhava da utopia platônica de uma sociedade governada por homens de ciência, pois distinguia a posse da autoridade planificadora da detenção de conhecimento científico da sociedade. Ao defender a necessidade de fundamentação científica na planificação social, Mannheim reivindicou para o cientista social, quando muito, a modesta posição de *mandarim* ou de simples "conselheiro" mais ou menos próximo do "rei". Não sei se esta é a posição mais favorável às intenções do profissional das ciências sociais, porém, realisticamente, havemos que admitir que essa é de fato a posição de quem se dedica à atividade do planejamento social. Mas ousar, ainda assim, me perguntar se, afinal, não é esta a posição que, consciente ou inconscientemente, declarada ou dissimuladamente, aspira o chamado "técnico" em assuntos sociais ao reivindicar o direito a voz nos negócios públicos.

De qualquer modo, a posição de Mannheim é reveladora de uma crença a meu ver setecentista na razão, através da ciência social, como principal instrumento de condução, controle, transformação e progresso da humanidade. E, no entanto, ao revelar essa atitude, Mannheim não fazia mais do que cumprir um dever de ofício, pois repudiar a razão, para o cientista, seria no final de contas, uma atitude tão recriminável quanto a do sacerdote que negasse a própria existência de um mundo metaempírico. Mas, por outro lado, nada pode ser mais estranho ao cientista social do que a aceitação dogmática e acrítica da teoria científica a respeito da sociedade — de qualquer teoria —, já que ao cientista social coube, em toda história da ciência, a prerrogativa única de poder, a qualquer momento, transformar a ciência em objeto de investigação e explicação da própria ciência; o poder científico de relativizar a própria certeza científica. E não creio que seja um mal essa atitude caracte-

4 — Idem

rísticamente relativista que o treino em ciência social dá a quem a prática. Sou levado a acreditar que esse relativismo que afeta até mesmo as crenças e os valores profissionais básicos do cientista social constitui antes um eficiente instrumento de neutralização das paixões que afetam o homem em qualquer atividade que ele exerça, inclusive a atividade científica. Mesmo pondo de lado a crítica sociológica de Veblen⁵ e o definitivo golpe de misericórdia da psicanálise na falácia iluminista do *homem racional*, com todas as implicações epistemológicas dessas elaborações, basta a pura epistemologia tradicional para recusarmos a perniciosidade de todo dogmatismo científico, mesmo quando em nome da razão. Por este motivo, suponho que a compreensível autoconfiança profissional que acredito presente no "técnico" em questões sociais, tendo como base a discutível e mutável "certeza" da teoria científica, não tem razão de ser.

Já observei noutra parte que a institucionalização da atividade científica através da universidade tende a viciar o próprio sentido dessa atividade, ao transformar a ciência em um fim em si mesma e não em meio de conhecimento da realidade.⁶ E é precisamente na medida em que a teoria científica é transformada em fim de si mesma que ela, paradoxalmente, contribui para inibir o impulso de livre indagação de que todos os seres humanos são dotados. É na medida em que dá às pessoas fórmulas de raciocínio para compreender o mundo que a ciência paradoxalmente se converte, muitas vezes, em obstáculo ao conhecimento do mundo. E a história da própria ciência está cheia de exemplos que confirmam esta proposição. Na medida em que a ciência se cristaliza através da sua institucionalização acadêmica, com o reforço da credibilidade da palavra impressa, é que as pessoas se ocupam já não com o conhecimento da sociedade, mas da teoria sociológica; já não em compreender as coisas, mas em compreender teorias a respeito das coisas; já não em entender a mente e o comportamento humano, por exemplo, mas, em entender a psicologia. E enquanto a ciência se contradiz a si mesma e se enovela na sua própria lógica, a lição de Descartes continua plenamente atual porque incompreendida.

Porque o que ocorre é que a produção da ciência não é uma atividade metassocial. A produção da ciência, como todos nós sabemos, é uma atividade necessariamente social e, como tal, condicionada por valores, objetivos e motivos extracientíficos. Valores, objetivos e motivos nem sempre racionais ou, pelo menos, nem sempre pertencentes ao domínio da racionalidade da

5 — VEBLÉN, Thorstein *A teoria da classe ociosa*. São Paulo, Pioneira, 1965.

6 — VILA NOVA, Sebastião. "Prefácio" In: PASSARINHO, Jarbas et alii. *Trópicos & artes plásticas, etc.* Recife, Universitária UFPE, 1977.

lógica científica. A produção da ciência é condicionada não apenas pelos seus critérios lógicos, mas depende também dos interesses e motivações dos que estão envolvidos no chamado mundo acadêmico. Pois a ciência também tem suas "igrejas" e suas "seitas"; também tem seus dogmas, seus ritos, seus "sacerdotes", suas "divindades", seus "santos" e, conseqüentemente, seus "devotos". Já me explico: a ciência é produzida por indivíduos com aspirações e interesses em relação a uma carreira no chamado mundo acadêmico. A satisfação dessas aspirações e desses interesses depende, por sua vez, da qualidade, quando não da mera quantidade, do trabalho produzido por essas pessoas. Mas o julgamento da qualidade desse trabalho, necessariamente registrado e publicado em artigos, teses e livros de acordo com figurinos pré-estabelecidos, compete a pessoas que já asseguraram um lugar nesse mundo acadêmico e que, por seu turno, passaram também pelo mesmo ritual em algum momento da sua vida. Assim, para satisfazer seus interesses e aspirações a uma vida acadêmica, o neófito tem de saber quais as expectativas dos "donos" do mundo acadêmico e atender essas expectativas. As pessoas que já lograram assegurar uma posição de prestígio na vida acadêmica e que, por isso mesmo, detêm alguma possibilidade de controle desse mundo relativamente esotérico, são, em geral, representantes de tendências, escolas, modas e igrejas teóricas às quais estão filiadas, que existem em todo ramo do saber científico, mas que, pelo próprio caráter da ciência social, proliferam assustadoramente neste último domínio. Desse modo, exercendo o seu poder de controle sobre o processo de admissão e promoção das gerações mais novas no mundo acadêmico, os mestres acabam por exercer um controle considerável sobre a produção da ciência, contribuindo para propagar e perpetuar idéias cristalizadas das quais depende o seu prestígio. A produção da ciência constitui, portanto, antes o resultado de uma "ação coletiva", na concepção de Howard Becker,⁷ e não apenas o efeito da tarefa de indivíduos trabalhando independentemente e candidamente movidos pela pura busca da verdade. Assim, a universidade, como núcleo institucional do chamado mundo acadêmico, termina por se converter em poderoso instrumento de conservação do conhecimento científico estabelecido e não de renovação contínua desse conhecimento, em desacordo com o seu sentido original.

Esse, note-se, é apenas um aspecto do complexo emaranhado de condicionamentos sociais do processo de produção da ciência, já que intencio-

7 — BECKER, Howard S. *Sociological Work: Method and Substance* New Brunswick, Transaction, Inc. 1976. Como exemplo de aplicação do conceito de "ação coletiva" à análise de situações concretas, veja: BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, 1977. Cap. 11.

BECKER, Howard S. A arte como ação coletiva. In — *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 205-222.

nalmente deixei à parte a tecla já excessivamente batida dos condicionamentos ideológicos que, inegavelmente, atuam também sobre esse processo.

Como produto sócio-cultural, histórico e, portanto, contingente, a ciência social não pode dar àquele que a exerce o direito à ilusão de se situar cognitivamente por fora e acima da sociedade, como um puro espírito ou uma espécie atípica de homem. Por isso é que a ciência social, pela sua contingência histórica — sendo ao mesmo tempo *ideologia* e *utopia*, e não somente *conhecimento realista* do humano, de acordo com as categorias de Mannheim — não pode ainda dispor de técnicas, de terapias, de profilaxias, enfim, não pode resultar em uma *sociatria*, como pretendia Comte. E não é por acaso que esse neologismo já não figura nos dicionários, se é que alguma vez figurou. É claro que a contingência histórica não é uma característica exclusiva das ciências sociais. As ciências da natureza são, do mesmo modo, condicionadas pela cultura e pela sociedade. Mas o caráter essencialmente não-lógico, não-racional, das relações sociais contradiz a pretensão de modelar cientificamente essas relações. Sociólogos, economistas e outros profissionais da ciência social, principalmente os que se dedicam à aplicação da teoria ao planejamento social, fariam, a meu ver, muito bem em refletir sobre a suposição de Berdiaeff, profeticamente enunciada há já cinquenta anos, de que “a vida marcha para as utopias e pode ser que um século novo comece, um século no qual os intelectuais e a classe culta sonharão com os meios de evitar as utopias e de retornar a uma sociedade não-utópica, menos ‘perfeita’ e mais livre”.⁸ Podem soar essas palavras como uma confissão de desencanto e capitulação cognitiva diante dos fatos da sociedade, mas prefiro estar ao lado de Dahrendorf e acreditar que “aquele que não está em condições de suportar a melancolia da insuficiência de uma ciência sociológica do homem, deve voltar as costas a esta disciplina; pois, o dogmatismo sociológico é pior do que a inexistência da sociologia”.⁹

Por isso não creio que exista uma *sociatria*, como queria Comte, uma técnica social. Ademais, ressalte-se que nem o critério ético nem, muito menos, as boas intenções, as quais, segundo se acredita, tem levado muita gente ao inferno, fazem de alguma corrente em ciência social mais “verdadeira” como explicação das relações sociais, nem mais eficiente como base à elaboração de técnicas de intervenção social, como acreditam alguns. Critérios morais e boas intenções podem legitimar doutrinas, mas não explicações cien-

8 — Apud CARDOSO, Marcelo. “Introdução” In: HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. 2 ed. São Paulo, Edibolso, s. d., p. 8.

9 — DAHRENDORF, Ralf. *Homo sociologicus*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 113.

tíficas. Do ponto de vista ético, temos o direito de acreditar na nossa obrigação de aplicar, com todo o nosso esforço, o conhecimento de que dispomos dos mecanismos sociais, com vistas ao aperfeiçoamento da sociedade; epistemologicamente, contudo, é discutível a superioridade incondicional desse conhecimento, pelo próprio fato de que, sendo o conhecimento científico um produto histórico, a nossa confiança nos cânones e axiomas da ciência é historicamente acidental. Por isso, não creio que o sociólogo e o cientista social em geral tenham condições de assumir ou criar para si mesmos a posição de *sociatra*, ou seja, de quem dispõe de técnicas vendáveis para a cura de sociopatias. Não que as nossas especialidades não tenham já atingido o discutível estatuto de ciência. Pondo de lado o ceticismo algo oitocentista de especialistas de outras áreas, creio firmemente no caráter científico, isto é, de conhecimento derivado da observação rigorosa e sistemática de fatos, e, portanto, verdadeiro (no sentido prudentemente tomista da expressão) das nossas especialidades. E é o caráter científico do conhecimento que temos das relações sociais que nos dá critérios e, em consequência, o direito de interpretar situações problemáticas da sociedade, de identificar tendência no seu desenvolvimento e de apontar sugestões de intervenção para a mudança de situações sociais eticamente indesejáveis, tais como o desemprego, a doença, a mortalidade precoce e outros efeitos da marginalidade. Toda ciência social digna do nome termina por ser transformadora da realidade, mas, como assinala Howard Becker, "uma sociologia que não é boa não pode ser radical", pois "sentimentos morais não determinam a qualidade científica", mas "a qualidade do trabalho sociológico determina o grau em que ele tem uma força radical".¹⁰ Como nota o mesmo Becker, "uma pessoa pode usar uma retórica radical e se engajar numa ação política radical enquanto sua Sociologia, por não conseguir ser boa, deixa mitos estabelecidos e instituições intocadas".¹¹ Concordo com a constatação de Florestan Fernandes de "que nossa época tem sido pouco generosa para com os sociólogos e os cientistas sociais, tanto nas sociedades capitalistas, quanto nas sociedades socialistas"¹² e não pretendo desempenhar aqui o papel suicida de advogado do diabo do meu próprio ofício. Mas, não compartilhando da sua crença mais do que utópica, mágica (pois, para nós ocidentais, a ciência é, hoje, a nossa magia na onipotência da teoria científica e da sua aplicação tecnológica na inevitável criação de um admirável mundo novo", não vejo consistência na sua proposta de "uma tecnologia científica na esfera do controle racional e construtivo dos problemas sociais e da mudança social."¹³ Muito menos acredito na viabi-

10 - BECKER, Howard S. op. cit., nota 7 P. 160

11 - Ibid., p. 169

12 - FERNANDES, Florestan. Sociólogos: os novos mandarins. *Debate & Crítica*. São Paulo, (4): 141-4, nov. 1974.

13 - Ibid., p. 144

lidade do seu projeto platônico de “organizar os papéis sociais dos sociólogos ao nível da ação prática, do compromisso moral e da atuação política”,¹⁴ pois, se esses são antes deveres do cidadão, independentes da sua vinculação profissional, não vejo por que deva ser uma prerrogativa do sociólogo. O dever do sociólogo, como do intelectual em geral, de participar da vida pública é uma decorrência da sua condição de cidadão e não da sua qualificação profissional. Porque é inegável, havemos de convir, o poder revelado no nosso século pela ciência. Afinal, foi graças a ela que conseguimos, por exemplo, a erradicação de algumas doenças, diminuir a incidência de outras, aumentar a média de vida e o nível de bem-estar, se não da humanidade, de algumas parcelas reduzidas e privilegiadas da população do nosso planeta. No entanto, se já se admite como ingênua a crença cega nas ciências da natureza como causa inevitável de progresso humano — pois é essa mesma ciência que tem, ao mesmo tempo, sido instrumento na geração de graves problemas para o homem, dos quais, os ecológicos, por exemplo, somente principiamos a tomar consciência —, com muito mais razão é de se aceitar a ingenuidade dessa crença em relação às ciências das relações sociais.

Não somos construtores de pontes, não projetamos nem consertamos máquinas. E, no entanto, isto não invalida o nosso conhecimento da realidade social enquanto aplicável à melhoria das condições sociais e ao aperfeiçoamento da organização das relações sociais entre os homens. Mas não como “técnicos”. Nem apenas como críticos e desmistificadores de formas de organização social, como descobridores das estruturas (com o perdão pela palavra mistificadora) ocultas sob as aparências da vida social, apesar da função também positiva da crítica sociológica. Mas, por outro lado, não creio que, por si mesma, a crítica justifique a sociologia e o papel social do sociólogo. Não somos apenas criadores e transmissores de teorias. Não somos apenas fabricantes e vítimas das nossas próprias *ideologias* e *utopias*. Somos também depositários de uma *consciência* e de uma *perspectiva* do social, que as disciplinas às quais nos dedicamos formaram em nosso espírito. E é essa consciência, essa perspectiva que temos o dever de transmitir.

Poderia, simplesmente, para concluir, afirmar a minha convicção de que o profissional da ciência social deve aspirar antes à condição de humanista, no amplo e rico sentido renascentista original pois, mais que ciência, mais que técnica, mais que consciência utópica ou ideológica, a ciência social é, como defende Berger, uma disciplina humanística.¹⁵ Mas prefiro fazer minhas as palavras para mim extraordinariamente atuais de Émile Durkheim, mesmo

14 — Idem.

15 — BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas*. Petrópolis, Vozes., 1973.

me expondo à qualificação de *idealista*, quando não de *conservador*, pois não se pode afirmar que Durkheim esteja, hoje, entre os teóricos em moda nos círculos sociológicos: "devemos ser antes de mais nada *conselheiros* e *educadores*".¹⁶ Como Durkheim, acredito que "somos feitos para ajudar os nossos contemporâneos a reconhecerem-se nas suas idéias e nos seus sentimentos mais do que para os governar; e, no estado de confusão mental em que vivemos, que função poderia ser mais útil?".¹⁷ Mas, como concluía o mestre, "desempenharemos esta função tanto melhor quanto nos limitarmos a esta ambição",¹⁸ pois "ganharemos tanto mais facilmente a confiança popular quanto menos segundas intenções pessoais nos atribuirem".¹⁹ Enfim "é preciso que no conferencista de hoje não se suspeite o candidato de amanhã".²⁰

BIBLIOGRAFIA

- 1 — BECKER, Howard S. *Sociological Work; Method and Substance*. New Brunswick, Transaction, Inc., 1976.
 - 2 — ————. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, p. 160-169, 205-222.
 - 3 — BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas*. Petrópolis, Vozes, 1973.
 - 4 — BURNHAM, James. *The Managerial Revolution; What is Happening in the World*. New York, John Day Co., Inc., 1941.
 - 5 — DAHRENDORF, Ralf. *Homo sociologicus*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1971. p. 113.
 - 6 — DURKHEIM, Émile. *A ciência social e a ação*. São Paulo, Difel, 1975. p. 252.
 - 7 — FERNANDES, Florestan. Sociólogos: os novos mandarins. *Debate & crítica*. São Paulo, (4): 141-4, nov. 1974.
 - 8 — HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. 2 ed. São Paulo, Edibolso, s.d. p. 8.
 - 9 — MANNHEIM, Karl. *O homem e a sociedade; estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. p. 274.
-
- 16 — DURKHEIM, Émile. *A ciência social e a ação*. São Paulo, Difel, 1975. p. 252.
 - 17 — Idem.
 - 18 — Idem.
 - 19 — Idem.
 - 20 — Idem.

- 10 – MILLS, C. Wright. *Poder e política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965, p. 57.
- 11 – PASSARINHO, Jarbas. et alii. *Trópicos & artes plásticas etc.* Recife, Editora Universitária, UFPE., 1977.
- 12 – WEBER, Max. *A teoria da classe ociosa*. São Paulo, Pioneira, 1965.